

GEOGRAFIA E DESCONSTRUÇÃO

MARÍA FRANCO GARCÍA*

Resumo: Este texto é a primeira experiência “consciente” deste autor com o exercício da *desconstrução*. É também uma carta aberta ao professor Bernardo Mançano Fernandes: um monólogo, na forma, e um diálogo, na proposta, com um geógrafo que olha, pensa e trabalha para e pelo entendimento do campo brasileiro, visando à construção de um discurso geográfico como instrumento da sua superação.

Palavras-chave: Desconstrução, Movimentos sócio-territoriais, Território.

* Doutora em Geografia. Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho, CEGeT/UNESP- Presidente Prudente. e-mail: mmartillo74@hotmail.com

I

ntrodução

Rolnik, S.- Você queria era conversar...
Guattari, F. - É o mínimo que se pode
exigir.
Micropolítica. Cartografias do desejo, 1986.

Estas páginas resultam do convite que o professor Bernardo fez ao grupo de estudantes, pesquisadores e militantes de movimentos sociais que cursávamos a disciplina **Movimentos Socioterritoriais e Luta pela Terra**, durante o primeiro semestre de 2003. Semanalmente comparecemos vinte debatedores, vinculados ao curso de Pós-Graduação em Geografia da FCT- UNESP, de Presidente Prudente, sendo que a *questão agrária* brasileira foi a referência fundamental, senão única, para submeter à discussão nossas concepções teóricas.

O compromisso assumido por cada um de nós com o fechamento da disciplina foi a preparação de um seminário, em que se apresentassem os resultados das diversas “desconstruções”.

O objetivo da atividade de desconstrução de textos é a análise das principais partes da obra, tendo sempre como referência o todo. Isso faz com que, embora esta seja uma síntese, não se trate de um resumo. O movimento do nosso pensamento neste exercício tem que ser transversal e inverso ao movimento da construção da obra em si. Basicamente, a atividade da desconstrução é definida como um procedimento metodológico de caráter filosófico. Seu produto é um outro texto. Na continuação, apresentamos o que resultou da nossa escolha, dividido em dois momentos.

No primeiro, recolhemos os procedimentos próprios da atividade de desconstrução do texto Movimento Socioterritorial e “globalização”: algumas reflexões a partir do caso do MST, de autoria

de Jean-Yves Martin e Bernardo Mançano Fernandes.

No segundo, registramos algumas das questões levantadas em aula junto com as provocações, reflexões, consensos e discrepâncias teóricas compartilhadas. Eis a nossa modesta contribuição para o debate sobre a construção do conceito de Movimento Socioterritorial tão caro para a escola “*bernardiana*”.

I. A desconstrução do texto

1.TÍTULO: Movimento Socioterritorial e “globalização”: algumas reflexões a partir do caso do MST.

2.AUTORES: Jean-Yves Martin e Bernardo Mançano Fernandes

3.FORMA: Artigo científico

4.OBJETO: Movimentos Sociais.

5.METODOLOGIA: O artigo visa a contribuir com os pesquisadores que têm os Movimentos sociais como objeto de estudo, mediante a análise dos processos geográficos de espacialização e territorialização. Ou seja, trata-se de compreender os movimentos para além das suas formas de organização, pelos processos que desenvolvem, pelos espaços e lugares que constroem e pelos territórios que dominam. O desafio colocado pelo professor Bernardo, na Geografia, é a construção do referencial teórico próprio no qual se inscrevam os movimentos sociais como categoria de análise espacial. Para isso, parte do estudo geográfico de um movimento social, o MST, como condição essencial para a elaboração teórica.

O processo metodológico é o seguinte:

a) Fases:

A. Estudo da situação geográfica dos Movimentos Sócio-territoriais no contexto da

Globalização capitalista, para o que o autor recorre à produção geográfica recente e às teorias espaciais da filosofia francesa.

B. Análise do MST como Movimento Sócio-territorial. As contribuições partem, fundamentalmente, do debate travado por ambos os autores desde meados da década de 1990.

b) Procedimentos¹:

1. Hipótese inicial: Os Movimentos Sociais são dissidências à lógica espacial da globalização capitalista. O objetivo deles é contestar a afirmação ultraliberal de que “não há alternativas fora do capitalismo”, por meio do que o Fórum Social mostra a mobilização social no contexto de tal globalização. Não há mesmo alternativas por fora do capitalismo, mas sim dissidências por dentro.

2. Referencial teórico-filosófico: O modo de pensar o espaço parte das teorias sociais críticas dos filósofos franceses Lefebvre e Foucault, que contestam a ideologia espacial dominante do pensamento neoliberal único.

3. A mediação: A particularidade baseia-se no estudo dos processos de espacialização e territorialização do MST como prerrogativa à teorização dos movimentos sociais como categoria geográfica. O objetivo, neste ponto, é compreender os movimentos sociais além das suas formas de organização, por meio dos processos que o MST desenvolve (espacialização e territorialização), pelos espaços que constróem (assentamentos e acampamentos) e pelos territórios que dominam (o território da luta pela terra frente ao território do latifúndio). Ou seja, trata-se de implementar um método de análise diferenciado ao de outros campos disciplinares, baseado no estudo dos processos (territorialização e/ou espacialização) e das práticas (sócio-territoriais e/ou sócio-espaciais) geográficos.

4. A conceituação: A *geografização* do conceito de Movimentos Sociais como Movimentos Sócio-territoriais e Movimentos Sócio-espaciais, em atendimento aos processos e práticas espaciais que os definem. O objetivo é a construção de um referencial teórico-conceitual geográfico, que nos permita identificar uma leitura geográfica dos movimentos sociais contemporâneos.

6. TEORIAS²:

As teses seguidas pelos autores se relacionam com as idéias dos seguintes teóricos, em função dos seus aportes conceituais:

a) Teorias sobre a GLOBALIZAÇÃO: que entendem os movimentos sociais como dissidências à lógica global da produção capitalista do espaço.

- Milton SANTOS, Manuel CASTELLS, Marcelo José de LOPES SOUZA, David HARVEY, Juan-Luis KLEIN, Suzanne LAURIN; concebem a globalização como caracteristicamente des-territorializante. Porém, não acreditam na possibilidade de situações por “fora do território”; estão sempre em algum território. A questão é: a quem pertencem os territórios? O MST apresentar-se-ia como uma forma de re-territorialização.

b) Teorias sobre o ESPAÇO: que contestam a lógica espacial dominante no pensamento único.

- Henri LEFEBVRE, Edward SOJA, David HARVEY, cuja tentativa mais abrangente é compreender a reestruturação do espaço geográfico, explorando a intersecção entre a tradição geográfica e a marxista.

- Michael FOUCAULT, que prioriza abordagem sócio-psicológica e

¹ Ver na **Ordem do discurso** a tabela de desconstrução.

² Ver **Autores e Teses** na tabela de desconstrução.

fenomenológica do tempo e do espaço, consolidando a importância da espacialidade no reconhecimento de que agora é mais o espaço do que o tempo que oculta as coisas de nós.

c) Teorias sobre o TERRITÓRIO: que priorizam a sua dimensão política e simbólica inscrita em um campo de poder.

- Ariovaldo Umbelino de OLIVEIRA, que compreende o território como um produto concreto da luta de classes. A matriz teórica de origem tem como base as obras de Marx, e a sua noção de território se baseia na Teoria do desenvolvimento econômico desigual e combinado de Mandel.

Compreende o papel e lugar dos camponeses na sociedade capitalista, e no Brasil em particular. No interior do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, contra-argumenta a tese da desaparecimento dessa classe, e da inexistência dela como tal, por meio do estudo da mobilização, organização e luta dos camponeses por acesso à terra e pela Reforma Agrária no Brasil.

- Claude RAFFESTAIN, para quem o território é um espaço de onde se projeta trabalho, energia, informação, e onde, por conseguinte, se revelam relações de poder.

- Rogério HAESBAERT, entende o território como um espaço, ao mesmo tempo, de apropriação e reprodução concreta e simbólica, sendo a sua matriz teórica Lefebvre.

7. MÉTODO: O autor combina o método próprio do Materialismo Histórico-Geográfico com a abordagem fenomenológica dos fatos sociais.

Para o professor Bernardo, o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no território brasileiro é contraditório e combinado; isso significa que, concomitantemente à reprodução de relações

especificamente capitalistas (bóias-frias) se dão as relações camponesas de produção.

Entendemos que para desenvolver tal contradição, base da idéia da existência e resistência do camponês, ou a identidade camponesa no rural brasileiro, cujo ponto de partida é o MST como uma realidade surgida da lógica desigual do modo capitalista de produção, a corrente filosófica adequada é o marxismo e seu método, o materialismo dialético, o qual contempla, entre seus fundamentos epistemológicos, a explicação da realidade e, fundamentalmente, o compromisso de gerar um pensamento que permita transformá-la.

Todavia, o autor também entende que, o desenvolvimento desigual e combinado, além da sua dimensão histórico-econômica, possui a espacial. Isso significa atender às duas tendências contraditórias que determinam a produção capitalista do espaço. A tendência crescente da diferenciação do espaço na escala de capitais individuais e a tendência também crescente da igualação do capital para a sua emancipação do espaço, na escala global. Os precursores, que tiveram a agudeza de perceber tal caráter contraditório da produção do espaço, foram Marx, Rosa de Luxemburgo, Lênin e Bukharin, e mais tarde Henri Lefebvre. Essa dialética de diferenciação e equalização geográfica junto com a Teoria do desenvolvimento econômico desigual, historicamente referenciado, constitui o método que integra a compreensão do processo social à produção capitalista do espaço, que denominamos materialismo histórico-geográfico³ e que tem como um dos seus maiores teóricos a Neil Smith.

³HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo, Edições Loyola, 1996, e SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual. Natureza, Capital e produção do espaço*. RJ: 1988: Ed. Bertrand Brasil.

Tal concepção implica, por uma parte, ser conseqüente com a perspectiva relacional da teoria marxista, que entende a sociedade como um todo coerente e não um aglomerado de fragmentos; e por outra, fiel à abordagem holística, rejeitar a concepção burguesa tradicional de espaço como algo efetivamente separado da sociedade.

Em síntese, esse método é um modo de pesquisa aberto e dialético, em vez de um

corpo fixo e fechado de compreensões. A metateoria não é uma afirmação de verdade total, e sim uma tentativa de chegar a um acordo com as verdades históricas e geográficas que caracterizam o capitalismo, tanto em geral como em sua fase presente.

Na continuação apresentamos o exercício de desconstrução sistematizado e detalhado em forma de tabela (Tabela 1):



Tabela 1. Desconstrução.

ORDEM DO DISCURSO		AUTORES	REFERÊNCIAS	CONCEITOS
PASSOS	IDÉIAS			
1º. A premissa inicial	Movimentos Sociais como dissidências à lógica espacial da globalização capitalista.	KLEIN, J.L	A leitura multiescalar dos fenômenos sociais tira a primazia da escala global como único nível de análise contemporâneo, e seu poder homogeneizante. A combinação da multiplicidade de escalas geográfica e os níveis de análise que demandam, destaca as ações de resistência à des-territorialização como as chaves para o entendimento do espaço político a ser defendido.	Globalização Pensamento - único Neoliberalismo Resistência Controle social Escala geográfica Movimentos Sociais
		CASTELLS, M	Os movimentos sociais de resistência à dominação e controle social global, são a face desconhecida da esperança contemporânea.	
		SANTOS, M	O mundo como possibilidade: a globalização atual não é irreversível.	
		SOUZA, M.J.L	As lutas pontuais de autênticos movimentos sociais podem polinizar outras lutas e colaborar na difusão de uma sinergia transformadora. A luta permite desvendar a alienação que a globalização leva implícita, o que <i>pode vir a ser</i> a base para o crescimento crítico dos atores sociais e o seu potencial de combate.	
2º. As referências na teoria espacial	Teorias sociais críticas dos filósofos espaciais franceses como contestação a ideologia espacial dominante do pensamento único ou neoliberal.	FOUCAULT, M	Coloca a superação do modo de pensamento dicotômico ocidental mediante a des-sacralização da noção de espaço. A des-mitificação da velada instrumentação do poder das espacialidades é a chave para dar um sentido prático, político e teórico à era contemporânea. Esta des-mitificação passa por criar representações geográficas que marcam a emergência de um “outro mundo”, os “outros espaços”: as heterotopias e as utopias. As utopias são sítios sem lugar real. As heterotopias são espaços reais donde se desenvolvem embrionariamente as utopias em todas as suas contradições. Os espaços são portadores do antagonismo do conflito-trunfo do poder	Alteridade Utopias Heterotopia Conflito-trunfo Poder Des-sacralização Luta de classes Des-fetichização Des-mistificação
			Através de HARVEY, D. A heterotopia facilita o entendimento da heterogeneidade do espaço nas suas dimensões e possibilidades.	

Tabela 1. Desconstrução (continuação).

ORDEM DO DISCURSO		AUTORES	REFERÊNCIAS		CONCEITOS
PASSOS	IDÉIAS				
2º. As referências na teoria espacial	Teorias sociais críticas dos filósofos espaciais franceses como contestação a ideologia espacial dominante do pensamento único ou neoliberal.	LEFEBVRE, H.	<p>Define a ampla problemática espacial do capitalismo elevando-a a uma posição central na luta de classes, inserindo as relações de classe nas contradições do espaço socialmente produzido.</p> <p>Des-fetichização do espaço, ele não pode ser confundido com os objetos, as coisas e os produtos.</p> <p>A luta de classes hoje mas do que nunca pode ser lida no espaço, mas estas formas são cada vez mais diversificadas.</p> <p>Nenhuma delas escapa a prova do espaço, dado que toda classe, grupo ou fração de classe reconhece-se como sujeito produzindo espaço. Isto não é um acidente no percurso, mas uma condição de sua existência.</p> <p>O domínio do espaço é uma fonte fundamental e persuasiva de poder social na e sobre a vida quotidiana.</p>		Alteridade Utopias Heterotopia Conflito-trunfo Poder Des-sacralização Luta de classes Des-fetichização Des-mistificação
			<p>Através de SOJA, E</p> <p>Nenhuma revolução social pode ter êxito sem ser, ao mesmo tempo, uma revolução conscientemente espacial.</p> <p>Des-mitificação do espaço como reveladora de uma consciência espacial revolucionaria voltada para a apropriação do controle da produção do espaço.</p>	<p>Através de SHIELDS, R.</p> <p>O espaço social é planetário e global, por tanto precisamos de uma escala planetária de análise. Este é o contexto donde a luta de classes assume o papel global.</p> <p>O espacial como dimensão.</p>	

Tabela 1. Desconstrução (continuação).

ORDEM DO DISCURSO		AUTORES	REFERÊNCIAS	CONCEITOS
PASSOS	IDÉIAS			
3º. A mediação:	O estudo dos processos de espacialização e territorialização do MST como prerrogativa a teorização dos movimentos sociais como categoria geográfica.	OLIVEIRA, A.U	A sociedade capitalista se assentada em três classes sociais: proletariado, burguesia e proprietários de terra. O território é um produto concreto da luta de classes travada por esta sociedade no processo de produção da sua existência. O MST é uma realidade que surge da lógica de produção capitalista do território desigual, contraditório e combinado, e que evidencia a recriação e resistência do campesinato brasileiro.	Campesinato Desenv. desigual e combinado.
		RAFFESTAIN, C.	O espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço. O território é a apropriação, concreta ou abstrata, do espaço por um ator social. Na ação da apropriação o ator territorializa o espaço. O território se apóia no espaço, mais não é espaço, é uma produção a partir do espaço e como toda produção se inscreve em um campo de poder.	Território Territorialização
		HAESBAERT ,R.	O território é ao mesmo tempo espaço de apropriação/reprodução concreta e simbólica. A Des-territorialização é a perda do acesso à terra, vista não só como em seu papel de reprodução material, num sentido físico, mas também como <i>locus</i> de apropriação simbólica, afetiva. Àqueles que estão excluídos do território como morada, local de reprodução e de sobrevivência, deve-se dirigir o termo de des-territorializados.	Des- territorialização

Tabela 1. Desconstrução (continuação).

ORDEM DO DISCURSO		AUTORES	REFERÊNCIAS	CONCEITOS
PASSOS	IDÉIAS			
3º. A mediação:	O estudo dos processos de espacialização e territorialização do MST como prerrogativa a teorização dos movimentos sociais como categoria geográfica.	FERNANDES, B.M	<p>A Espacialização é um processo do movimento concreto da ação em sua reprodução no espaço e no território.</p> <p>A Territorialização Espacialização e o territorialização são processos interativos; a espacialização cria territorialização e é reproduzida por esta.</p> <p>As lutas por frações do território (os assentamentos) representam um processo de territorialização na conquista da terra de trabalho contra a terra de negocio e exploração.</p> <p>A conquista do assentamento configura a territorialização, e entre o tempo de acampamento e a conquista do assentamento, desenvolve-se a espacialização.</p> <p>O MST é o mais amplo e organizado Movimento sócio territorial do Brasil, que “ocupa” por meio do desenvolvimento dos processos de espacialização e territorialização.</p>	Espacialização Territorialização
4º- A conceitualização	A construção do referencial teórico geográfico para o estudo dos movimentos sociais. A <i>geografização</i> dos conceitos.	FERNANDES, B.M	<p>Os Movimentos sócio territoriais, são aqueles que têm o território com trunfo.</p> <p>OS Movimentos sócio espaciais, sem ter como objetivo o trunfo do território, lutam por dimensões, recursos ou estruturas do espaço geográfico.</p>	Sócio-territorial Sócio-espacial

II. Ato, modo ou arte de construir

Teorias são redes; somente aqueles que as lançam pescarão alguma coisa.

Novadis

A obra do Prof. Bernardo orienta-se, desde a sua dissertação de mestrado intitulada *MST: Formação e Territorialização* até as publicações científicas más recentes, como o artigo em desconstrução, a refletir o novo campesinato no Brasil. Parte do ressurgimento do processo de expansão do modo de produção industrial e os efeitos negativos da “modernização conservadora” para chegar ao trabalhador rural camponês acampado e/ou assentado pela luta dos “Movimentos Sócio-territoriais” e pela Reforma Agrária.

É para este conceito, título da disciplina em questão, que aponta a segunda parte do nosso texto e que entendemos como uma “desconstrução crítica”. Tal análise de modo algum discorda da apreciação de Fernandes e Stédile⁴, que concebem o MST para além de um movimento de massas. Aliás, concordamos plenamente com eles, quando afirmam que as referências de Movimento social de que dispomos são insuficientes para pensá-lo. E, todavia, entendemos fundamentais e muito ricos os encontros e desencontros teóricos que, no caminho da *geografização* de um conceito caro a outras formas de discurso, renovam epistemologicamente nossa disciplina.

Desde a década de 1980, as contribuições dos geógrafos nos debates fundamentais das ciências sociais, no Brasil, direcionaram-se cada vez mais para a compreensão dos movimentos sociais contemporâneos. A implosão de estudos foi concomitante à conjuntura social da época, dado que é a partir dos anos 80 que o processo de espacialização da territorialização e do MST se amplia, o que, para Fernandes, implica o fortalecimento da formação, recriação e resistência do campesinato brasileiro.

Porém, entendemos ser importante e necessário reconhecer, na análise desses temas, o domínio de posições teóricas más próximas ao pós-modernismo ou ao pós-estruturalismo, posições que não poucas vezes reduzem o papel do espaço à sua dimensão física ou simbólica, contribuindo para o que Lefebvre denominou como a “fetichização” do espaço: em outras palavras, a sua redução a um *status* epistemológico de mero objeto físico ou lugar mental.

Se bem que Fernandes está longe dessa pretensão e de suas tendências. Entendemos que, o conceito denominado “Movimento sócio-territorial” tende a confundir-se nesses parâmetros.

Essa consideração parte da importância de manter uma relação crítica com a Modernidade, com seus conceitos e as suas categorias. Com isso não queremos dizer que estejamos a favor de uns ou contra outros. Trata-se aqui de mudar os termos do debate e sugerir que um projeto sensato de qualquer tipo deve manter uma relação “crítica” com os termos que proporcionam o marco para o pensamento. Essa é a nossa atitude perante o novo termo geográfico de apreensão da mobilização social.

Dessa forma, questionar a categoria não é negá-la., nem a sua utilidade nem a sua necessidade; ao contrário, é pôr em risco aquilo que sabemos. E o fazemos, pois temos sido questionados como sujeitos. Como diriam “as alteridades”, tratar-se-ia de pôr em risco as nossas certezas epistemológicas no encontro com o outro.

Então, atendendo ao “texto-conceito em desconstrução” cerne da nossa interrogativa, parece-nos de certa forma contraditório utilizar o conceito de “movimento sócio-territorial”: acaso o território não é sempre uma entidade social? Se o movimento social nem sempre é um movimento territorial (por exemplo, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, entre muitos outros), todo movimento territorial é social. E

⁴ Cf. Brava Gente.

entendemos por “movimento territorial” aquele cuja sua estrutura, organização e consecução dependem, sobretudo, da apropriação simbólica, ou não, do território. Em palavras do professor Bernardo, “aquele movimento que tem como um dos seus trunfos o território”. E essas territorialidades construídas na Luta pela Terra são dimensões fundamentais da afirmação dos direitos coletivos, que se chocam com as concepções liberais de propriedade.

Não há dúvida de que nos encontramos ante um exercício de conceituação importante. Porém, não podemos deixar de trazer à luz os riscos teóricos que a construção de novos conceitos faz surgir. Em primeiro lugar, é preciso referenciar, nas categorias da tradição geográfica, as novas incorporações. Em caso contrário, estaríamos contribuindo bem pouco para a construção de uma linguagem própria à Geografia. Nesse sentido, o novo conceito de “movimento sócio-territorial” esvazia o significado político do espaço, singularizado no conceito de território. Com isso, queremos salientar que o binômio “sócio” e “territorial” não é uma mera repetição ou reiteração de termos, senão que é a anulação do significado social que o conceito de território concretiza. À sua vez, isso implica aceitar a idéia de um território homólogo a um espaço cartesiano, neutro e objetivo, o qual justamente ansiamos superar.

Enfim, falar de movimentos sócio-territoriais exige, portanto, um consenso mínimo sobre a noção de território, que julgamos adequada para afirmar e/ou criticar tal concepção.

Qual é o nosso modo e a nossa arte? A desconstrução. Pois é nessa mesma seqüência que podemos tornar visível a amplitude conceitual do termo mediante uma inicial *desajetivação*, tirando dele todos seus adereços, para chegarmos à raiz e força da sua significação, como categoria geográfica plena de significado. Para isso, é indispensável uma outra leitura do conceito de território, que supere a tradicional concepção da Geografia

Política que orientou-nos por muito tempo, e ainda orienta, o uso dos termos espaço e território indistintamente, tirando o caráter especificamente político do último. Uma leitura ampliada do conceito nos coloca, apoiando-nos nas idéias de Marcelo López de Souza a este respeito, perante relações sociais projetadas no espaço mais do que espaços concretos. A diferença fundamental entre as duas interpretações é a concretude espacial. O “território da luta pela terra” não é um espaço concreto em si, com seus atributos naturais e sociais construídos, que é apropriado, ocupado por um grupo social de identidade coletiva dos Sem Terra. É a complexa soma de relações sociais, logo de poder, que os grupos, as identidades, e as classes implicadas na luta pela terra e a reforma agrária projetam no espaço.

Com base na discussão realizada acima, ousaremos agora definir nosso entendimento do conceito de território.

Por território entendemos um determinado domínio espacial sobre o qual os atores sociais afirmam um controle político, o que significa um espaço delimitado e definido por relações de poder. Pensar esse território é concebê-lo política e culturalmente, ou seja, socialmente.

A nova noção de Movimento Sócio-Territorial, defendida por Fernandes faz referência, implicitamente, a uma concepção determinada de território. O território, como “trunfo”, confunde-se com a “terra” como trunfo, uma vez que sabemos, a luta do MST é para além de um pedaço de terra. Porém, tendo como base o referencial teórico dos autores do texto em desconstrução, o conceito de território não é nem receptáculo nem espelho externo da sociedade é, sim, a sociedade.

Essa conceituação do território é explicitada na tradição geográfica, evitando-se a arbitrariedade no uso de termos como Movimento Sócio-territorial, Movimento territorializado e Movimentos Sociais Sócio-territoriais, presentes na literatura geográfica atual.

Entendemos que quando os conceitos de território, espaço e espaço geográfico, por exemplo, forem usados plenamente no seu significado, será quando os Movimentos Sociais passam a definir-se como Movimentos Territoriais, por ser assim como os geógrafos os entendem.

Temos, pois, que ser conscientes da riqueza potencial, não dos termos, mas, sim, daqueles que deles fazem uso e nos discursos por eles construídos, o que nos conduz inevitavelmente a esclarecer o sentido e significado pleno “das representações geográficas”, por meio de uma conceituação mais clara, exatamente para a reconquista prática do sentido do espaço, como nos instiga David Harvey⁵.

Uma vez polemizada a *geografização* dos conceitos, surge inevitavelmente como questão que precisa ser respondida por nós, na procura de outorgar a consistência precisa de uma das correntes mais polêmicas da Geografia brasileira: o estudo geográfico da mobilização social.

Queremos, pois, simplesmente resgatar a idéia de que o estudo espacial do MST nos coloca a condição indispensável de pensar o espaço na sua dimensão natural, social e histórica, no contínuo exercício de criação do saber geográfico; trata-se de pensar a sua dimensão fenomenológica, intuída como elemento visível e concreto, embora aparente e incompleto (CARLOS, 1999). Ou seja, importa estudar, olhar, apreender a dinâmica espacial, tendo em conta uma multiplicidade de relações que a simples localização não revela.

9. Referencias bibliográficas:

ALENTEJANO, P.R. **Reforma agrária, território e desenvolvimento no Rio de**

Janeiro. Tese de Doutorado. ICHS-UFRRJ, 2003.

ALMEIDA, R.A. **Identidade, distinção e territorialização:** o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul. Tese de Doutorado. FCT/UNESP- Presidente Prudente, 2003.

CARVALHO, O. A. **Da exclusão à cidadania:** globalização e movimentos sociais. Disponível em: <<http://zonanon.org>>.

CARVALHO, H.M. **Comunidades de resistência e superação.**(mimeo), 2003.

CORRÊA, R. Espaço, um conceito chave da Geografia. In: **Geografia, conceitos e temas.** Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.

DELGADO, C.V. Los fundamentos morales y espaciales del capitalismo. In: OLIVERA, P. **Espacio Geográfico.** Epistemologia y diversidad. México, UNAM, 2003.

FERNANDES, B.M. **A questão agrária, a pesquisa e o MST.** São Paulo, Cortez, 2001.

FERNANDES, B.M. Movimento Social como categoria geográfica. In **Terra Livre**, n.15, São Paulo, AGB, 2000.

OLIVEIRA, A.U. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A.F. **Novos caminhos da Geografia.** São Paulo, Contexto, 1999.

RAFFESTAIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo, Ática, 1993.

RICCI, R. **Movimentos Sociais Rurais nos anos 90.** (mimeo), 2003.

SILVA, R. **Sobre o camponês do sertão:** produção do espaço e identidade camponesa em assentamentos do município de Goiás-GO. Dissertação de Mestrado. FCT-Unesp, 2003 (162 f.)

SOUZA, M.L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: **Geografia, conceitos e temas.** Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.



⁵ Cf. HARVEY, D. **Espacios de esperanza.** Akal, Barcelona, 2003.

Geografía y desconstrucción

Resumen: Este texto es la primera experiencia “consciente” de este autor con el ejercicio de la *desconstrucción*. También es una cara abierta al profesor Bernardo Mançano Fernandes: un monólogo, en la forma, y un diálogo, en la propuesta, con un geógrafo que observa, piensa y trabaja para y por el entendimiento del campo brasileño, con el propósito de construir un discurso geográfico como instrumento de su superación.

Palabras-clave: Desconstrucción, Movimientos socio-territoriales, Territorio.

Geography and deconstruction

Abstract: This paper is my first “conscientious” experience with the *deconstruction* activity. It’s also an open letter to the Scholarship Bernardo Mançano Fernandes. It has a form of a monologue but it want to became a dialogue with a geographer who looks, thinks and works to and for understanding the Brazilian country side.

Key-words: Deconstruction, Social-territorial Movements, Territory.